

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1003169-36.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Indenização por Dano Material</b>
Requerente:	<b>Comercial Dell Piaggi Agropecuária – Me</b>
Requerido:	<b>Banco Itaú S/A</b>

COMERCIAL DELL PIAGGI AGROPECUÁRIA – ME ajuizou ação contra BANCO ITAÚ S/A, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por dano material, pois sofreu prejuízo mediante contribuição do réu, que descuidou-se na abertura de conta bancária para terceiro.

Citado, o réu contestou o pedido, alegando que limitou-se a promover a abertura de conta para cliente.

Em réplica, insistiu o autor no acolhimento do pedido indenizatório.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Improcede a arguição de ilegitimidade passiva do contestante, pois está sendo chamado à responsabilidade pela suposta contribuição para o prejuízo experimentado pelo réu. Do reconhecimento ou não de responsabilidade pelo dano decorre o acolhimento ou a rejeição da pretensão indenizatória, ultrapassando a simples discussão a respeito de legitimação.

O autor alega ter sofrido prejuízo pecuniário por ação de terceiro, Rennan Rienzo ou Renan Rizzo, e identificação atuação culposa do réu.

Indefere-se a pesquisa de documentos ou informações a respeito de tal pessoa (fls. 80), cujo ônus incumbe à própria autora. Ademais, o ponto decisivo para o julgamento da causa não é o expediente acaso utilizado pela terceira pessoa na abertura da conta que recebeu o dinheiro, mas o esquema

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

empregado previamente, para enganar o autor, o que aconteceu sem qualquer contribuição do réu.

Alguém depositou a importância de R\$ 28.400,00 em conta bancária da autora, mediante cheque do Banco Santander, de conta em nome de Maria A. Alves Pereira da Silva ou João Nilson da Silva (fls. 23). Nada se perquiriu a respeito da autenticidade e origem desse cheque.

O valor respectivo foi lançado na conta da autora como modalidade de depósito em autoatendimento (fls. 24), sem qualquer referência sobre se o dinheiro estava disponível desde logo ou se dependia de compensação ou de conferência. Não se alegou qualquer responsabilidade do réu por esse depósito. Nem se poderia atribuir-lhe responsabilidade, pois o cheque é oriundo do Banco Santander e a autora mantém conta no Banco Bradesco. A única participação do réu foi figurar como banco indicado pelo fraudador para crédito do montante que seria depositado pela vítima do suposto golpe.

Note-se que até o presente momento a autora não tomou qualquer medida em desfavor do suposto fraudador, para recuperar o prejuízo experimentado.

Também não houve qualquer questionamento quanto ao próprio Banco Bradesco, que não informou a pendência de compensação do cheque, ou seja, que o valor ainda não estava disponível para a autora.

É simplista e equivocada a pretensão de atribuir-se a responsabilidade ao banco que recebeu a transferência eletrônica promovida pela autora.

Com efeito,

*Estando o meliante devidamente identificado na própria inicial (...), contra ele é que deve se voltar a autora, seja na esfera criminal seja na cível, pedindo, nessa, a devolução da quantia indevidamente depositada e o ressarcimento dos danos morais que possa ter eventualmente padecido.*

*Mas, repita-se, não há qualquer conduta do banco (mesmo omissiva) que justifique a pretensão de sua condenação a reparar danos (seja materiais seja morais) que não causou.*

Assim decidiu o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Recurso de Apelação nº 4003796-64.2013.8.26.0554, Rel. Des. Percival Nogueira, 13.05.2014.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do réu, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de junho de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**